

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

LORENA SOARES DE SALES FIACADOR VELLOZO

O PROCESSO EDUCATIVO PÓS PANDEMIA

**JUIZ DE FORA
2024**

LORENA SOARES DE SALES FIACADOR VELLOZO

O PROCESSO EDUCATIVO PÓS PANDEMIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra Elita Betania de Andrade Martins

JUIZ DE FORA

2024

Resumo

O presente estudo tem como objetivo discutir como foi abordado o pedagógico na educação pós pandemia. Para tanto, busco, através da pesquisa bibliográfica, estabelecer relações que envolva o retorno das atividades escolares pós pandemia e a necessidade da inserção de novas práticas pedagógicas. A fim de atingir tal objetivo, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a realidade educacional no contexto pandêmico. A pandemia acelerou algumas mudanças, como o uso das tecnologias sendo um recurso que pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, porém as leituras também indicaram falta de investimentos e preparação dos professores para a inserção de novas mídias, revelando a necessidade de um preparo para os educadores abordarem as tecnologias como um recurso metodológico, para evitar que estas sejam utilizadas como distração pelos discentes durante o período em sala de aula, de modo a contribuir para práticas pedagógicas cada vez mais consistentes. Além disso, observou um cuidado muito maior com orientações sobre como evitar a contaminação pelo vírus, do que sobre como abordar o pedagógico no retorno das atividades presenciais.

Palavras-chave: Educação. Pós-pandemia. Práticas pedagógicas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19	4
3 A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS	11
4 A RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	25

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexos do processo educativo pós pandemia. É resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre as atividades educativas no período de pandemia causada pelo vírus da COVID-19, que se espalhou de forma mundial, necessariamente interferindo nas relações sociais, causando impactos na educação, abordados neste texto, a partir de textos produzidos por diferentes autores que se dedicaram a observar as mudanças acontecidas na educação nos períodos de ensino remoto emergencial e de retorno presencial das aulas, na conduta do aluno e do professor em sala de aula, e na criação de novas estratégias para continuidade a educação como um direito de todos. O referido texto foi dividido em três partes, sendo a primeira responsável por apresentar o momento em que o vírus se propagou e as medidas adotadas durante o agravamento da crise sanitária. A segunda seção abordou como se deu o retorno das atividades presenciais e os meios sanitizantes para evitar a propagação do vírus ou reinfeção das cepas, e a terceira seção teve como objetivo apresentar como se deu a volta às aulas presenciais, momento em que estudantes e profissionais da educação se encontram em uma fase de readaptação à rotina de sala de aula, exigindo um olhar crítico para dar continuidade ao processo educacional mediante a problemas sociais, econômicos, emocionais e psicológicos que surgiram durante o combate ao coronavírus. Por fim, são abordadas as mudanças inseridas nas atividades escolares para auxiliar no processo educativo durante a pandemia e que agora se estendem para as salas de aula, pós pandemia.

2 A PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19

A partir do protocolo sanitário de retorno às atividades de ensino presenciais, no contexto da pandemia do Covid 19, no município de Juiz de Fora, obtivemos informações que descrevem quais os procedimentos adotados diante de um vírus que se propagou de tal forma, a ponto de ser classificado como uma pandemia mundial.

A referida doença causada pelo coronavírus-SARS–COV-2, desde o seu surgimento causou desafios aos sistemas de saúde, impactando diretamente na saúde de toda a população. Devido à proporção que o coronavírus alcançou, tornou-se necessário que em 30 de janeiro de 2020, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse a Covid-19, uma emergência em saúde pública de caráter internacional, e de acordo com essa posição da OMS, e com base na Portaria de nº188 de 3 de fevereiro de 2020, o Brasil seguindo as orientações da OMS, também declarou a Covid-19, uma emergência em saúde pública de importância nacional (CESPIN).

Behrens, Torres e Prigol (2021) relatam detalhes importantes sobre o momento de enfrentamento da Covid-19 no Brasil, destacando que foram observados posicionamentos diferentes nas grandes potências mundiais, que mostraram agilidade nos processos de recomendação dos cuidados necessários com a saúde, e agilidade em desenvolver vacinas com o intuito de imunização da população, evidenciando a diferença econômica e social entre as nações, mediante o processo de negociações para comprar, receber e distribuir as vacinas. Neste processo, o Brasil apresentou fragilidades e falta de competência para aquisição das vacinas, o que refletiu nos altos índices de morte causada pela doença no país.

Durante a pandemia, o negacionismo¹ ficou evidente em discursos de autoridades brasileiras e estrangeiras, sendo necessário destacar que foi incentivado o uso de medicamentos paliativos para o combate à doença, sem comprovações científicas, o que desorientou a população e interferiu negativamente na aquisição de vacinas.

Na tentativa de combate ao Coronavírus, foi necessário seguir as orientações sanitárias nacionais e internacionais, consideradas essenciais para o seu enfrentamento, sendo uma das medidas implementadas pelos estados e municípios, a suspensão das atividades de ensino na forma presencial e a possibilidade de substituir as aulas presenciais por aulas à distância.

Segundo Behrens, Torres e Prigol (2021), os docentes e estudantes foram impactados com essas novas medidas, já que se fez necessário que boa parte da população utilizasse seus próprios recursos financeiros, escassos em sua maioria,

¹ Segundo a definição da Academia Brasileira de Letras, negacionismo é uma “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam” (disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>> Último acesso: 05 set. 2024.

para que pudessem dispor dos recursos tecnológicos necessários a continuidade da escolarização dos discentes em todos os níveis de ensino.

Profissionais, especialistas e cientistas buscaram incansavelmente por conhecimento, objetivando combater o vírus. Pesquisas revelaram como o coronavírus se comportava mediante o prolongamento da crise sanitária, como pode ser observado na notícia, publicada pela BBC News Brasil, em 29 de janeiro de 2021, nos revelando que mesmo após um ano de enfrentamento, análises identificaram 18 variantes de coronavírus no estado do Amazonas, onde 250 genomas de coronavírus foram analisados.

Segundo a reportagem, alguns genomas geravam preocupação ainda maior em especialistas, por apresentarem maior capacidade de infecção, uma vez que cientistas apontavam a possibilidade de uma maior adaptação do vírus, demonstrando-se mais transmissível.

Mesmo diante desse agravamento da transmissão, ainda sem termos vacina, os métodos de proteção continuavam os mesmos, distanciamento social, utilização de máscaras de forma adequada, lavagem correta das mãos com água e sabão por pelo menos 30 segundos ou a utilização do álcool gel.

O necessário isolamento social, como medida protetiva e a consequente suspensão de aulas presenciais, trouxe grandes impactos para estudantes, suas famílias, professores e comunidade em geral. Conforme notícia veiculada na época, Unesco afirmava que até 25 de março de 2020, 165 países haviam fechado suas escolas, interrompendo as aulas presenciais de 1,5 bilhão de estudantes, mudando conseqüentemente, a rotina de 63 milhões de professores da educação básica (Idoeta, 2020).

Para diminuir tais impactos, como destacado anteriormente, o Ministério da Educação libera as escolas do cumprimento dos 200 dias letivos, porém mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de aula, mínimo estabelecido pela LDB (Brasil, 1996).

Optou-se pelo chamado ensino remoto emergencial (ERE) que se diferenciou da modalidade educação à distância (EAD) por existirem diferenças como as citadas por Martins, Schimitt e Alves (2021), que explícita a modalidade do Ensino a Distância um modelo de educação estudado a décadas, com planejamento sistemático, um modelo de design e desenvolvimento, enquanto para o ERE não existiu um planejamento antecipado, caracterizando-se uma mudança repetida do ensino tradicional para o remoto, enquanto o Ensino a Distância é considerado uma opção

alternativa de educação, o Ensino a distância é uma “alternativa” em um contexto de pandemia, que causa grande impacto no ensino e aprendizagem, devendo ser entendido como uma “solução” para um problema imediato.

Para o desenvolvimento das atividades no ERE foram empregados diversos instrumentos aulas virtuais em aplicativos e plataformas de ensino ou via televisão aberta; materiais impressos, enviados pelo correio ou transporte escolar; troca de mensagens em grupos de *WhatsApp* com alunos e professores, vídeos e áudios com atividades, ou até mesmo, os kits semanais elaborados por professores e funcionários como citados por Behrens, Torres e Prigol (2021). Para esses autores, uma atitude humanitária “que reflete os ensinamentos de Freire (2005, P. 42) sobre a ‘reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo [...]’. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (Behrens; Torres; Prigol, 2021, p.109).

Idoeta (2020), destaca que o ensino à distância já existia antes da pandemia, principalmente, para o ensino superior, predominantemente no setor privado, o qual segundo Fredric Litto (Idoeta, 2020), representa uma maneira das instituições de ensino ampliarem o número de matrículas, diminuindo os valores das mensalidades dos cursos, tornando-os mais acessíveis para alunos que estejam distantes ou que sejam de baixa renda. Segundo Litto:

Uma boa porcentagem das escolas fez isso para baratear (o ensino) e ganhar mais dinheiro, demitindo, por exemplo, o corpo docente com doutorado, que é mais caro de manter. É bom fugir desse tipo de instituição, porque ela provavelmente não vai investir no enriquecimento de seus cursos e materiais e não vai além (do básico) (Idoeta, 2020, n.p).

Vale ressaltar que naquele momento, o modelo a distância não era uma opção apenas para quem desejava um curso mais flexível e com menores custos, e nem somente no ensino superior, mas como forma de assegurar o direito a educação para todos os níveis e etapas escolares.

Entretanto, especialistas como Costin (Idoeta, 2020), sinalizavam que na educação básica, outros pontos, deveriam ser considerados, já que neste nível de escolarização, o social, a convivência com os colegas e professores contribuem para a aprendizagem, sendo o ambiente escolar um importante meio de socialização, o que fica muito limitado com o ERE.

Outro ponto sobre o ERE que foi motivo de preocupação, de acordo com Costin (Idoeta, 2020) foi o fato de que no Brasil, a escola tem o papel de reduzir as desigualdades sociais, e por isso, alguns especialistas temiam que estudantes de

redes ou escolas menos estruturadas, não conseguissem acompanhar o ensino oferecido no momento, ou até mesmo, perdessem sua motivação em estudar, e evadissem, no momento da retomada das aulas presenciais.

Ainda segundo Costin (Idoeta, 2020), no momento de caos, como nesse caso da pandemia, ainda que a escola não possuísse uma estrutura eficiente para elaborar uma aula online estruturada, era necessário pelo menos que as tarefas fossem enviadas para serem feitas em casa pelos alunos, com o intuito de não desfazer vínculos e desestruturar o processo de ensino-aprendizagem, objetivando não aumentar as desigualdades educacionais, visto que nas escolas privadas estavam sendo enviados atividades elaboradas, onde as famílias tendem a possuir maior letramento e teoricamente, maior facilidade em manter os filhos estimulados e inseridos no processo de aprendizagem.

Um dos direitos que devem ser reivindicados para diminuir a desigualdade citada anteriormente neste processo de ensino e aprendizagem, é o letramento digital, pois segundo Scavino e Candau (2020), é comum dizer que crianças e jovens possuem facilidade para lidar com esses recursos, porém de forma espontânea, de lazer, sendo uma vivência enriquecedora, mas que não envolve consciência reflexiva e crítica, valendo ressaltar que segundo dados do início da Pandemia pela UNICEF (2020), 4,8 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, não vivem em domicílio com internet, na qual 11% dessa faixa etária não é usuária de internet, ou seja, não acessam a rede nem em casa e nem em outros lugares, sendo a exclusão maior em crianças e adolescentes que vivem em áreas rurais (25%), nas regiões Norte e Nordeste (21%), e em outros domicílios de classe D e E (20%). Segundo a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC, 1989) estabelece a obrigação dos Estados de:

garantir o acesso da criança a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente aqueles que visam à promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral e de sua saúde física e mental' (UNICEF, 2020, n.p).

É necessário destacar que conforme afirmam Santos e Zamboroski (2020) embora o ensino remoto emergencial (ERE) tenha sido inspirado nos moldes do ensino à distância (EAD), existem diferenças explícitas nas metodologias da estrutura e da sistematização, tais como suporte tecnológico aos discentes, normatização das ações, procedimentos e formação dos professores, o que para muitas realidades pode ter sido um grande desafio.

As autoras apontam também, o surgimento de situações problemas como: professor sem a devida formação para o uso das tecnologias necessárias a essa nova modalidade, estudantes sem computadores, ou outros equipamentos em casa, falta de internet nas casas, tanto de professores quanto de estudantes, além da possibilidade de instabilidade emocional dos sujeitos envolvidos neste processo, provocada pelo isolamento social que poderiam gerar danos no processo de aprendizagem.

De acordo com o pensamento de Morales:

Adaptar-se a uma nova rotina não é tão simples para muitos alunos, que relatam problemas com ansiedade e sono desregulado. A situação e o contexto do ensino remoto fazem com que os estudantes se sintam ligados o tempo todo. Além disso, muitos deles, em situação de vulnerabilidade, precisaram acrescentar atividades domésticas no seu dia a dia (Morales, 2020 *apud* Santos; Zaboroski, 2020, p 45).

Reforçando a afirmação de Morales (2020), diversas pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2020) indicaram que na pandemia, houve o aumento nos casos de ansiedade, estresse e alterações psicológicas em cerca de 80% das pessoas.

Outra questão observada durante o ERE, segundo Santos e Zaboroski (2020), foi a dificuldade dos alunos em conciliar o lazer e o estudo não presencial, resultando em um insucesso de aprendizado que está ligado a doenças psíquicas. Na visão das autoras, o fato do professor ter que conciliar a atividade profissional com os outros afazeres, aumentava a tensão já causada pela pandemia, já que naquele momento, tanto professores quanto alunos estavam lidando com situações extremamente difíceis, como ter que lidar com a morte de familiares e amigos, ou pessoas próximas estarem internadas.

Segundo Zajak (2020), a realidade gerada pelo Covid-19, prejudicou a garantia do direito à educação, principalmente, em áreas rurais onde os problemas, como os listados acima se acentuam.

Além dos desafios presentes no desenvolvimento do ERE, Priscila Cruz (Tecchio, 2020) alertou que o retorno presencial não seria, para alunos e professores, como uma volta das férias escolares, a qual todos estão acostumados. Esse é um fato importante a ser considerado, pois, neste retorno, tanto professores quanto alunos poderiam estar com transtornos e dificuldades sociais e psicológicas provocados pelo

tempo de isolamento social, por perda de entes queridos, dificuldades financeiras, que se agravaram com o aumento de desemprego, e o crescimento das desigualdades.

Para diminuir as consequências dessa crise sanitária prolongada, houve a necessidade de discutir as possibilidades e estratégias necessárias para o retorno das atividades escolares presenciais. Esta discussão envolveu diversos grupos de profissionais e distintos setores de políticas públicas: saúde, educação e assistência social pautavam-se em evidências científicas e experiências próprias para refletir sobre a reabertura das unidades.

Um ponto que teve de ser considerado para o retorno, foi como destacado por Behrens, Torres e Prigol (2021), o fato da população em geral não ter acesso imediato às vacinas, pois as primeiras doses foram destinadas aos idosos e pessoas com comorbidade. Mesmo, sem assegurar vacinas, para os professores, demais trabalhadores da educação e estudantes, muitos governantes autorizaram as voltas às aulas presenciais de maneira precária, colocando em risco estudantes e professores, e muitas vezes, contribuindo para o agravamento da crise, resultando em movimento de fechar e abrir as escolas, o que desestabilizou ainda mais as famílias, que ficavam indecisas em mandar os alunos para a escola, devido ao risco de contágio.

Behrens, Torres e Prigol (2021), destacam que além do risco de contaminação, o corpo docente passou por inúmeras adversidades, como a dificuldade em transpor as aulas presenciais para o modelo remoto; por não terem acesso a uma boa rede de conexão digital; pelo incômodo em perceber que alunos economicamente menos favoráveis não teriam acesso; ou até mesmo, pelo despreparo pessoal em manusear as redes. Ainda segundo as autoras, pais ou familiares assumiram responsabilidades em auxiliar os discentes em casa, porém estes começaram a se queixar da dificuldade em ensinar seus filhos nas atividades escolares, tamanha dificuldade, impactava desfavoravelmente, na forma como os docentes prepararem e estruturarem as aulas, criando o desafio pela busca de novos caminhos metodológicos, nas palavras das referidas autoras:

[...] muitos se sentiram desestabilizados e tiveram de buscar novos caminhos metodológicos que superassem a didática transmissiva com visão bancária, lembrando que, para Freire (1996, p.12), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (Behrens; Torres; Prigol, 2021, p.110).

É importante considerar que os problemas surgidos durante o ERE, não são causados pelo uso das tecnologias, mas pela desconsideração do poder público da necessidade de assegurar a todos as condições de acesso e a devida preparação para essa modalidade.

Behrens, Torres e Prigol (2021) abordam a questão desse uso da tecnologia, fazendo uma associação deste momento de ensino remoto emergencial com o trabalho desenvolvido por Freire, nos projetos para a educação de adultos, nos quais ele usava o rádio como um meio de comunicação para falar com professores e alunos. Foi uma experiência tão intensa em relação às classes populares, que até o inspirou a criar uma rádio universitária colocada a serviço da educação e da cultura. Por essa razão, as autoras citam Freire: “educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado” (Freire, 1996, p. 16 *apud* Behrens; Torres; Prigol, 2021, p. 112).

3 A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Após um ano utilizando o ensino remoto como um meio viável de prosseguir com a educação, ao final do ano de 2020 e início de 2021, estudos a respeito do assunto, como o apontado por Marques e Viana (2023), relatam que professores iniciaram o planejamento para o retorno presencial das aulas, e para que essa volta ocorresse de maneira segura aos envolvidos, foram estabelecidos protocolos de segurança.

O Ministério da Saúde publicou em agosto de 2021, orientações para a volta das atividades presenciais, contendo explicações de como se transmite a Covid-19, quais os principais sintomas, como se prevenir e sobre a vacinação. Além dessas explicações iniciais, também foi abordado nesta publicação, a importância em manter o distanciamento social como medida preventiva, higienização das mãos e objetos, uso de máscaras e limpeza do ambiente escolar (Basil, 2021). Entretanto, é necessário ressaltar que cada município poderia desenvolver seu protocolo de acordo com as características da sua rede escolar com orientações específicas para as etapas da educação local.

Marques e Viana (2023) a partir do Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas no qual foram abordadas medidas preventivas a serem seguidas pelas instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e cursos técnicos e profissionalizantes, afirmam que cada etapa foi dividida em um subsetor no qual estes abordaram medidas específicas, a serem seguidas pelos estudantes e todos os funcionários.

Os autores destacaram algumas especificidades da etapa Educação Infantil apontadas no referido Protocolo, como a necessidade em distanciar os colchões na hora do sono, nas brincadeiras, momento da entrada e saída das crianças, uso de máscaras obrigatória para crianças a partir de 2 anos de idade, higienização frequente das mãos por parte dos educadores, em momentos antes e após contato com as crianças, e também ,dos objetos utilizados (Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, 2021). Sendo necessário descartar os brinquedos que não permitissem uma boa higienização, dando-se preferência a brinquedos de plásticos, para uma limpeza mais eficaz. Eles ainda, sinalizam que neste contexto, foi essencial o acolhimento das famílias e crianças no ambiente escolar, sendo muito importante a parceria entre escolas e famílias, em um momento de reconhecimento dos espaços.

Marques e Viana (2023) retratam que o retorno das atividades presenciais em Campinas foi gradativo, sendo divididos em três momentos importantes para as crianças e educadores, iniciando-se com uma parcela de 30% das crianças, em seguida 50% e faltando um mês para o término do ano letivo, ocorreu o retorno de 100% das crianças.

Simas (2021) sobre o retorno das atividades presenciais, nos apresenta um aspecto importante sobre a reabertura das escolas. Ao analisar a experiência da Prefeitura do Rio de Janeiro e documentos como do Centers for *Diseases Control and Prevention* (CDC)², da OMS e diversos protocolos sanitários de outros países, três fatores foram considerados essenciais para a reabertura das escolas: Considerar os indicadores de transmissão da comunidade para saber os riscos; Disponibilidade de leitos hospitalares caso haja necessidade; Testagem para identificação de indivíduos com infecção por SARS-CoV-2 e vacinação para professores e funcionários.

² Centros de Controle e Prevenção de Doenças. A missão do CDC é proteger a América das ameaças à saúde, a fim de conferir segurança e proteção nos Estados Unidos e fora do país.

Como tentativa de diminuir os riscos de contaminação, também, adotou-se no retorno presencial, o que foi chamada de modelo híbrido, com revezamento do grupo de alunos presentes em sala, o que prejudicou a saúde mental de muitos trabalhadores, como apontado por Behrens, Torres e Prigol (2021) pelo fato dos professores terem que atender parte dos alunos em sala de aula e ao mesmo tempo, por meio virtual, outra parte da turma, aumentando ainda mais a demanda de trabalho.

Simas (2021) aborda que à medida em que o retorno das aulas presenciais ou híbridas, passou a se tornar uma realidade, ainda que a comunidade escolar não se sentisse segura, os profissionais da educação se viram obrigados a voltar e alguns alunos também, até mesmo por necessidade da alimentação.

Em Minas Gerais, houve a proposta de criar uma distinção entre o Protocolo Sanitário e as Estratégias de Retorno na rede pública do Estado, pois, estas foram definidas pela Secretaria de Estado de Educação, valendo ressaltar que os municípios poderiam suspender as aulas presenciais de acordo com os índices do Plano Minas Consciente e em suas atualizações. Minas Gerais contou com o

Plano de Saúde na Escola (PSE) "voltado para estudantes da educação pública básica que tem como objetivo a promoção da saúde e prevenção de agravos. O PSE integra uma política nacional de promoção de saúde que se articula com o atributo de orientação comunitária da Atenção Primária à Saúde (APS), ampliando as potencialidades da produção social da saúde, segundo uma lógica territorial integradora (Minas Gerais, 2021).

O protocolo Sanitário de Minas Gerais (2021), tinha como proposta alcançar o retorno às aulas, sendo necessário implementar estratégias para toda a comunidade escolar, incluindo alunos com deficiência, trabalhadores, transportes escolares e até mesmo, rever a maneira em que os espaços do ambiente escolar deveria ser utilizado.

Era de conhecimento geral, o momento preocupante que estava sendo vivenciado durante a pandemia, e muitos ficavam apreensivos com o número de casos de contaminação. Em Minas Gerais, os dados de transmissão podiam ser consultados por meio do website Coronavírus da Secretária de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Como destacado por Simas (2021), a reabertura das escolas, por si só não garante boas condições. O autor aponta três problemas vivenciados e denunciados nas assembleias ao Sindicato Estadual dos profissionais de educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE): A falta de funcionários para manter a higienização entre os

turnos; A falta de transparência nos dados sobre o quantitativo de trabalhadores da educação contaminados e suas escolas, e a falta de auxílio tecnológico para o ensino híbrido ou remoto, tanto para alunos quanto para professores.

Ainda De acordo com o autor, esses problemas evidenciavam que grande parte das escolas brasileiras não possuía estrutura adequada para cumprir os protocolos de segurança, seja por parte dos profissionais ou dos alunos, surgindo, diariamente, denúncias de escolas sem condições mínimas de segurança sanitária, que colocavam a comunidade escolar em risco.

Além do risco de contaminação, Nascimento e Seixas (2020) apontam o aumento dos casos de adoecimento físico, emocional e psíquico dos profissionais da educação, desencadeado pela preocupação em desempenhar um trabalho de qualidade, somado à falta de estrutura física ou tecnológica das escolas.

Se faz essencial pensarmos em novas condutas sanitárias e de higiene. É importante debater sobre novos espaços; sendo estes mais amplos, ventilados e tempos para aprender; com um planejamento diferenciado, afinal alguns alunos estão afastados do cotidiano escolar por dois anos quase inteiros e com diferentes níveis de aprendizagem e oportunidades de acesso. É preciso ainda debater sobre a composição e a dimensão das salas de aulas brasileiras lotadas de alunos, chegando a ter 40 alunos em salas, mesmo nas amplas, afinal é preciso pensar na saúde deste professor ao ter que dialogar, em especial de máscara, em amplos espaços também e para que ele possa atender com qualidade seus alunos nos seus mais diversos níveis de aprendizagem (Simas, 2021, p.14).

Conforme Simas (2021) estes pontos foram considerados necessários para o retorno do convívio das pessoas no ambiente escolar, entretanto, além de todas essas demandas sanitárias, surgiram também questionamentos relevantes aos profissionais da educação sobre como proceder a partir de então, em relação ao pedagógico.

Gatti (2020) tece algumas considerações sobre possíveis configurações dos modelos educacionais pós pandemia.

Segundo a referida autora

Tanto a educação básica como a superior, por meio de suas escolas e instituições, públicas ou privadas, se inserem nesse movimento e nessa situação pandêmica, e não estão isentas dos conflitos, das disputas de poder, de interesses diversos e do jogo econômico, no bojo, também, das desigualdades institucionais e entre redes de ensino (Gatti, 2020, p.30).

Gatti (2020) nos acrescenta a informação sobre o Brasil ser uma federação, com cada ente federado tendo suas atribuições específicas em situação de paridade (nível federal, estadual e municipal) consolidada em nossa Constituição Federal

(Brasil, 1998), onde a integração de políticas e propostas educacionais depende de articulações entre os poderes, para se fundamentarem construções e orientações coerentes com ações integradas e apoios diversos.

Estudos como o apresentado por Gatti (2020), revelam as mudanças de hábitos em crianças, adolescentes e jovens causados pela pandemia, onde o estudo remoto apresentou adversidades, pendências no currículo devido à suspensão de aulas práticas, laboratoriais, trabalhos de campo e também, a falta de metodologia para trabalhar com as crianças que frequentavam a creche ou que estivessem no processo de alfabetização.

Segundo a referida autora, A privação social causada pelo isolamento necessitará de um ambiente acolhedor para alunos, professores e funcionários, com o intuito de gerar um bem estar coletivo, Gatti (2020) acredita ser relevante a criação de um ambiente sereno com ajustes físicos, infraestrutura, curriculares para receber os alunos considerando fatores psicossociais como a oportunidade de estudos, o apoio que tiveram ou não, a consideração dos familiares para a criação de novas estratégias que serão importantes, neste novo tempo escolar a partir do retorno pós pandemia.

A autora também, destaca outros fatores determinantes para o retorno que deveriam ser pensados, como o planejamento flexível e o local de retorno, devendo considerar os avanços ou retrocessos de contaminação da COVID-19, juntamente aos seus efeitos, observando a infraestrutura e higiene necessária, surgindo então protocolos que visavam atender os requisitos para manter a segurança dos alunos, como a divisão dos alunos em grupos, ou com qual faixa etária iniciar, sendo uma das maiores preocupações explicar o novo modelo para crianças pequenas e do primeiro ciclo do ensino fundamental.

Gatti (2020) destaca, que a partir das retomada das atividades em grupos dos alunos, para evitar a contaminação do vírus, surge a necessidade dos professores criarem uma didática para respeitar esse distanciamento, e para os gestores, a necessidade em aumentar a quantidade de turmas por professor, pensar em aumentar a contratação de profissionais, ou em uma estratégia de manter os direitos trabalhistas, nas quais tinham que considerar a demanda de tempo e esforço humanos dos alunos e dos professores.

Uma das ideias deixadas por Gatti (2020) a respeito do retorno é que deveria existir diálogos verdadeiros entre alunos e professores, sem quaisquer tipos de

pressão ou ameaça, pensando em avaliações qualitativas e posteriormente, pensar em diagnósticos por meio de avaliação.

A autora acredita que este ciclo pós pandemia, traria em um futuro próximo, a necessidade de descartar velhos hábitos, para que se encontre novos sentidos para uma educação que anseia por mudanças, que não seja um ensino que cobra imediatismos e competições, nas quais devem se considerar as mídias e o aluno como protagonista ativo do aprendizado.

4 A RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS

As atividades foram retomadas de forma presencial em diferentes períodos em cada uma das regiões do país, conforme avançava o programa de vacinas contra Covid19 e diminuía os casos de propagação.

Em Minas Gerais, as aulas da rede estadual foram retomadas em 03 de Novembro de 2021, e no município de Juiz de Fora, esse retorno 100% presencial aconteceu em 18 de Outubro de 2021, pois iniciou em 20 de Setembro com a preparação dos trabalhadores, 27 de Setembro com a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA em 04 de Outubro, Ensino Fundamental II e Ensino Médio em 11 de Outubro e Ensino superior em 18 de Outubro de 2021.

Entretanto, algumas realidades indicaram outra lógica para essa retomada. Segundo Lima (2021) o retorno presencial das aulas no estado da Bahia, a partir de uma determinação do governador, aconteceu sem nenhum preparo emocional e psicológico. Houve ameaça de corte dos salários daqueles que se negassem a retornar, o que causou nos professores frustração, estresse e desânimo mediante essa atitude autoritária.

Em seu texto Lima (2021) a partir de autores como Vygotsky, Freud e Wallon aborda a questão das necessidades básicas do ser humano, relacionando-as com o período de retorno às aulas presenciais vivenciado pelos professores e alunos. A partir de Vigotski (2001), Lima reforça que a emoção é a reação reflexa de certos estímulos que são mediados a partir do meio sociocultural.

A respeito das emoções Vygotski afirma que:

Se fazemos alguma coisa com alegria as reações emocionais de alegria não significam nada senão que vamos continuar tentando fazer a mesma coisa. Se fazemos algo com repulsa isso significa que no futuro procuraremos por todos os meios interromper essas ocupações. Por outras palavras, o novo momento que as emoções inserem no comportamento consiste inteiramente na regulação das reações pelo organismo. (Vygotski, 2000, p. 130 *apud* Lima, 2021, p. 139)

Lima (2021) refere-se a Vigotski para enfatizar a importância de um preparo físico e emocional, visando o retorno das atividades presenciais para os profissionais da educação, pois as ameaças que foram feitas no intuito de obrigar os professores a retornarem para o ambiente escolar, geraram medo, estresse e tristeza, e sabe-se que os resultados encontrados em breve, poderiam ser ruins para todos, pois o sentimento de frustração causado pelas ações dos governantes não incentivava que ocorresse um processo contínuo, pelo contrário, fazia com que os docentes buscassem estratégias para interromper este ciclo visto todo o descaso. Por meio das considerações de Freud, Lima (2021) explícita que o afeto não é apenas um conceito e sim, vários, relacionando-a afeto ao corpo, porções e a representações.

Lima ainda destaca que ao articular a palavra com o afeto, afirma que:

Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e as decisões deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso das palavras na psicoterapia, e nos agradecerá ouvir as palavras trocadas entre o analista e seu paciente (Freud *apud*, Lima, 2021, n.p).

O referido autor, utiliza a menção de Freud sobre o afeto, para mais uma vez explicitar a necessidade dos profissionais da educação serem acolhidos neste processo de retorno presencial pós pandemia do COVID-19, pois havia o conhecimento que estes profissionais eram humanos, que enfrentaram perdas significativas causadas pela doença, mudanças em suas rotinas de trabalho que se tornaram exaustivas e adentraram suas casas na tentativa de reduzir os prejuízos causados pelo vírus, e que portanto precisavam entender esse retorno para o ambiente escolar como um recomeço na educação, e não como uma obrigatoriedade que custasse seu trabalho, seu meio de sustento para si e/ou outros familiares.

Para continuar a reflexão a respeito do retorno das aulas presenciais, Lima (2021) também se baseou em Wallon (1979), o qual entende que a personalidade é

constituída de duas funções básicas: afetividade e inteligência. Para este autor, a afetividade está relacionada às sensibilidades internas do sujeito em direção ao mundo social e à construção da pessoa, enquanto a inteligência está vinculada à sensibilidade externas e voltadas para o mundo físico, para construção do objeto.

Nas palavras de Wallon

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir, de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro (Wallon, 1975, p. 150 *apud* Lima, 2021, n.p).

Lima (2021) ao citar Wallon (1975) a um processo de repulsa gerado nos profissionais da educação, como uma resposta para a atitude dos governantes, pois a falta de afeto destes na condução processo de retomada presencial, causou estranhamento devido à falta de preparo para um momento tão importante, que seria a volta às aulas.

Lima (2021) compreende por meio de suas vivências e desses teóricos, que seria necessário para o retorno das aulas de forma presencial, primeiramente, reforçar a importância de desenvolver as práticas educacionais com a afetividade, visto que esta é um sentimento comum nas relações humanas, que motiva desde as situações mais simples, até mesmo as mais complexas.

O referido autor destaca que esta afetividade não aconteceu, expondo que na Bahia, a diversidade econômica, social e educacional é muito significativa, mesmo em tempos que não são considerados emergenciais, e que a pandemia agravou ainda mais este cenário, daí, segundo ele, a importância dessa afetividade para criar novas estratégias, pensar em novos conhecimentos, para criar ações que ajudassem no presente e também para o futuro.

Além das questões ligadas à necessidade de afetividade nas relações, outro ponto destacado no retorno presencial pós pandemia, foi a questão da aprendizagem e os possíveis déficits.

Conforme o blog Ecosistema Educacional (2022), boletins como o publicado pela Secretaria de política econômica (SPE), evidenciaram que o déficit educacional causado pela suspensão das aulas presenciais, gerou consequências, acentuando a desigualdade social, já que a falta de acesso à escolarização, pode prejudicar crianças e jovens em sua inserção na sociedade e mercado de trabalho. No boletim, conforme

o blog, há inclusive um alerta sobre o efeito da pandemia, poder se estender por até 15 anos, tempo suficiente para uma parcela dos estudantes de hoje, ingressarem no mercado de trabalho.

Esse mesmo destaca dados apresentados pela Secretaria estadual de educação de São Paulo (SEDUC-SP) que revelaram queda no desempenho escolar, resultando nos piores índices da aprendizagem desde 2019, no país, tanto no ensino público quanto no privado. Foram observados prejuízos no engajamento dos alunos, pois ainda que estes tivessem facilidade para lidar com os conteúdos da grade curricular, sobressaía o sentimento de desmotivação, juntamente ao desinteresse em desenvolver as propostas trazidas pelos docentes para a sala de aula, uma situação problema que acentuou a dificuldade na leitura e na memorização, mecanismos estes, conforme o referido blog, essenciais para uma boa aprendizagem.

Foi ainda apontado que a saúde mental dos estudantes, também foi afetada, o que fez com que os estudantes trouxessem dificuldades ocorridas durante a pandemia para o cotidiano desse retorno presencial, e apresentassem sintomas como a ansiedade, insônia exaustão ou cansaço persistente, gerados pelo distanciamento e perda de pessoas próximas.

No intuito de suprir os desafios causados pelo contexto pandêmico e assegurar o direito à educação, de acordo com o blog, instituições de ensino, utilizaram recursos que viabilizassem a continuidade do processo de aprendizagem, com o intuito de proporcionar um estudo mais relevante, nesse momento crítico dos estudantes. Para isso, o investimento das escolas foi direcionado às plataformas e softwares educacionais, criando ambientes virtuais de aprendizagem, utilizando recursos como a realidade virtual, realidade aumentada, gamificação vídeo aulas, lousas digitais, personalização do ensino, disponíveis em sala de aula com o intuito de potencializar os canais de conhecimento.

De acordo com esse blog, a utilização das tecnologias têm sido um recurso para diminuir a lacuna causada pela pandemia na educação, automaticamente trazendo a vivência para alguns estudantes, de uma intensa revolução tecnológica transformando a educação, o processo da aprendizagem, e até mesmo, o sistema de avaliação.

Cunha, Queixas e Festozo (2023) realizaram uma pesquisa com estudantes e professores, à respeito de como se deu o retorno presencial. Eles destacaram que os alunos identificaram o impacto do remoto na sua aprendizagem, sobretudo dos que

tinham intenção de ingressar em uma universidade; enquanto para os professores, os maiores desafios enfrentados em relação ao retorno presencial das aulas, foi o desinteresse dos alunos nas aulas, uso de celulares e fones no período da aula, a postura dos gestores, e a dificuldade na interpretação de texto dos alunos

Os referidos autores observaram durante o tempo de pesquisa, a realidade complexa em que os estudantes e os professores lidaram naquele momento pós pandemia, como o fato do ambiente escolar ter se tornado desestimulante para os alunos. Para superarem tal situação, os profissionais buscaram então, utilizar meios atrativos como: músicas, jogos, filmes e afins, durante a aula. Porém com o uso dos celulares na pandemia, este se tornou excessivo durante as aulas; passando a serem utilizados como forma para que os alunos acessem os conteúdos da aula, mas também, como um meio recreativo, sendo um “escape” no momento da aula.

Xavier (*apud* Cunha; Queixas; Festozo, 2023) afirma que o intuito da inserção das tecnologias na escola é promover a cidadania e participação social de forma justa e democrática. O uso dos aparelhos traz a necessidade de qualificar e preparar os docentes para serem capacitados a agregar as tecnologias às práticas docentes.

Durante a pesquisa, Cunha, Queixas e Festozo (2023), conseguiram observar a falta de uma equipe capacitada em orientar os alunos, pois segundo os mesmos, uma boa quantidade de alunos ficava fora de sala, durante o período de aulas, jogando peteca ou sentados, conversando entre si. Além disso, eles também destacaram a ausência de professores substitutos, em caso de não comparecimento de algum professor que já atuava no corpo docente, o que representaria problemas de gestão que impactam na aprendizagem.

Libâneo (*apud* Cunha; Queixas; Festozo, 2023), afirma que o papel da gestão escolar de maneira geral, é assegurar o bom funcionamento da escola para que a instituição seja capaz de alcançar os objetivos educacionais esperados, entretanto, os autores ponderam que essa falta de profissionais pode estar ligada a problemas internos como a falta de verbas, ou a má distribuição dessas.

Outra questão, levantada por Cunha, Queixas, Festozo (2023), foi a dificuldade observada em alguns alunos, em relação a interpretação de texto, no segundo ano do ensino médio. Eles afirmaram que não esperava-se que os alunos enfrentassem dificuldades nesse aspecto, visto que esta é uma habilidade desenvolvida ao longo de toda a formação básica, entretanto, os autores apontam que ao analisar o contexto desses discentes, foi detectado que realizaram o nono ano do ensino fundamental, o

primeiro ano do ensino médio, majoritariamente de forma remota, por meio dos planos de ensino tutorado (PETs), utilizando plataformas disponibilizadas pelo governo estadual, como canais de televisão, ferramentas como *Google meet*, *Zoom*, *WhatsApp*, entre outros.

Além disso, cabe ressaltar que nem todos tiveram acesso a esses instrumentos da mesma forma, já que tivemos problemas como falta de acesso à internet, o que estava muito ligado às condições sociais das famílias e a falta de apoio do poder público. Tal quadro pode ter impactado o processo de ensino-aprendizagem, podendo assim, ter prejudicado habilidades durante esses anos, como por exemplo, a própria interpretação de texto de uma grande parcela dos alunos ou agravando problemas já existentes.

A Secretaria do Estado de Minas Gerais (SEE), determinou o retorno presencial das atividades escolares, conforme citada anteriormente para 03/10/2021, e no intuito de contribuir com o trabalho do gestor escolar, criou uma lista de tarefas que deveriam ser seguidas como critérios necessários para a retomada das atividades presenciais. O Gestor deveria estar atento se as normas deixadas pela Secretaria Estadual de Saúde e a Secretária Estadual de educação estavam sendo seguidas, como os protocolos de biossegurança e sanitário-epidemiológico, essas organizadas em listas deveriam ser assinadas pelo gestor que seria o responsável por possibilitar a execução das tarefas e pelo inspetor escolar, que seria o responsável pelo monitoramento.

A Secretaria de Estado de Minas Gerais deixou como função para as Superintendências Regionais de Ensino, a função de acompanhar essas retomadas presenciais e dar suporte pedagógico e administrativo, organizando para isso, um checklist com 9 áreas e suas subdivisões a serem cumpridas:

a organização geral, recursos humanos, protocolos de proteção, aquisições, protocolos de higienização, espaços coletivos, sala de aula e sala dos professores, sanitários e refeitórios.

Pode-se observar que são protocolos criados para minimizar o contato e a transmissão do vírus da COVID-19, porém para esse retorno presencial das atividades escolares, não foi observado como uma principal preocupação, o pedagógico, pois não encontramos em nenhuma área da tabela, a indicação da necessidade de novas didáticas e propostas para o ensino, mesmo após um longo período sem a rotina de sala de aula, e sabendo sobre a perda social que houve

nesse período de distanciamento. Sendo apenas destacadas as demandas que os profissionais tinham em cumprir como observar sintomas de gripe e preencher os requisitos voltados para a saúde que estavam listados.

Já nas orientações da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) é possível verificar como variáveis importantes para o retorno pedagógico, três fatores, que são o ambiente, o pedagógico e o epidemiológico. Para garantir o ambiental e o pedagógico, a Secretaria de Educação optou pelo sistema de “bolhas”, que dividiu os alunos em pequenos grupos, para manter o distanciamento físico, que se alternavam em atividades presenciais e remotas.

Essas “bolhas” foram realizadas de acordo com o número de alunos por turmas sendo esses grupos de alunos fixos, além disso foram feitas marcações no chão para a chegada e saída dos alunos, distanciamento entre alunos nas salas de aula, e orientações como a de trocar os beijos e abraços por outras formas e afeto, destacaram que estudantes com comorbidades só poderiam retornar, mediante a atestado médico e as famílias deveriam ser conscientizadas desse processo de retomada. Também, foram criadas estratégias para período integral, orientação de mapear os ambientes da escola em críticos, semicríticos e áreas não críticas, de acordo com a possibilidade de contaminação.

Houve uma preocupação por parte da Prefeitura de Juiz de Fora em organizar o retorno às aulas de forma gradativa em um mês, aumentando o fluxo de pessoas nas escolas gradativamente, iniciando pelo trabalhadores, em seguida, inserindo o público infantil, seguido dos anos iniciais, anos finais e posteriormente inserindo a EJA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a Pandemia mundial causada pelo vírus da COVID-19, trouxe mudanças extremas para toda a sociedade, pois na tentativa de combater o vírus que afetava diretamente a saúde das pessoas, houve a necessidade de utilizar medidas extremas, como criar barreiras para o isolamento social, interrompendo bruscamente atividades presenciais como aconteceu nas escolas.

Foi um momento de insegurança, com o qual não sabíamos lidar, o que causou medo e insegurança, por exemplo, ao realizar atividades necessárias como ir ao

mercado, médicos de rotina. Não se sabia ao certo, todos os meios de propagação e se realmente estávamos seguros, com os protocolos de usar máscara, álcool em gel e entre outros.

A infecção do vírus causou muitas perdas de familiares e amigos, muitas pessoas com comorbidades e as consideradas saudáveis perderam suas vidas quando acometidas pela doença, e esse fator juntamente ao isolamento social influenciou no psicológico de toda a população.

Enfrentando a crise sanitária, órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) assumiram à frente, estudando as medidas cabíveis e repassando para a população. Porém, em alguns momentos, órgãos responsáveis publicavam informações advindas de pesquisas e os governantes locais não agiam com seriedade, conforme o momento vivenciado, agindo de forma imprudente e influenciando as pessoas a agirem de forma incorreta perante a situação. Tal comportamento fez com que a doença se propagasse ainda mais, trazendo maior sofrimento nos leitos de hospitais, que já não asseguravam aos pacientes itens fundamentais à vida, como balão de oxigênio.

A pandemia trouxe atrasos e mudanças significativas na educação, estudos como os citados ao longo deste texto já conseguiam prever os impactos pandêmicos por até 15 anos. Neste momento de enfrentamento da COVID-19, a educação precisou aderir às novas estratégias para dar continuidade ao processo educacional e evitar a evasão de diversas formas.

Nesse período, foi possível observar professores das redes Municipais, Estaduais e Particulares utilizando os recursos digitais ou métodos que estivessem disponíveis sem terem sequer uma preparação para colocá-los em prática. O trabalho do professor se tornou ainda mais exaustivo, pois houve a necessidade de todo o trabalho pedagógico ser desenvolvido em suas casas, ocorreu distanciamento nas relações, existiu a necessidade do auxílio de familiares para com os alunos, porém muita das vezes, estes não tinham conhecimento de como auxiliar seus filhos em casa, por suas rotinas também cansativas ou pelo nível de escolaridade.

Durante o período de retorno às atividades escolares presenciais, a educação se viu desorientada, pois muito se falou das medidas sanitizantes necessárias para evitar a transmissão do vírus, porém pouco se falou dos desafios pedagógicos que os profissionais da educação iriam enfrentar naquele momento. É importante considerar que durante o período de isolamento, houve mudanças sociais, econômicas e

psicológicas, que precisavam ser consideradas para esse retorno. Além disso, o professor teria de competir agora com o uso indevido de celulares, fones de ouvido e das mídias durante o período em sala de aula, e que haviam se tornado rotineiros, durante o ensino remoto.

É válido ponderar também, o emocional dos alunos e professores, os quais foram obrigados a retornarem sem preparo algum e no caso dos professores sofrendo ainda, ameaças de corte em seus salários, e tendo que lidar com alunos acompanhados de doenças como a ansiedade e a depressão,

Atualmente, com o retorno presencial consolidado, ainda se revela necessário continuar buscando por estratégias educacionais, trazendo um preparo para inserir as mídias digitais na educação, com a consciência que esta pode ser uma forte aliada para atrair os alunos para a educação. Também é importante, continuar um trabalho com educadores, família e alunos para que consigam progredir nesse processo, e serem criadas estratégias de apoio para os alunos que apresentam ansiedade e depressão causadas pelo distanciamento social, para que consigam permanecer nas escolas, diminuindo índices de evasão e de fato tendo seu direito à educação garantido.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRENS, Marilda Aparecida; TORRES, Patricia Lupion; PRIGOL, Edna Liz. **Revisitando os construtos de Paulo Freire para o enfrentamento da docência na crise causada pela pandemia.** Revista Docência e Cibercultura, v. 5, n. 3, p. 104-122, 2021.

BISHOP, Katie. **Os possíveis prejuízos do trabalho remoto à saúde.** BBC News Brasil, 19 jul. 2022 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-62205856>> Último acesso: 05 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para a retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da pandemia da Covid-19.** Brasília: 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/governo-federal-apresenta-orientacoes-para-volta-segura-as-aulas->

presenciais/ORIENTAESPARARETOMADASEGURADASATIVIDADESPRESENCIAISNAESCOLASDEEDUCAO.pdf> Ultimo acesso: 05 set. 2024.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Departamento de Vigilância em Saúde. **Protocolo Sanitário Municipal**. 2021. Disponível em: <https://covid-19.campinas.sp.gov.br/sites/covid-19.campinas.sp.gov.br/files/protocolos-sanitarios/Caderno%206_%20Protocolo%20Sanit%C3%A1rio%20Municipal%20EDUCA%C3%87%C3%83O_%20completo_%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20Plano%20SP%20em%20Campinas_%20EDI%C3%87%C3%83O%207_%2015junho21.pdf> Ultimo acesso: 5 set. 2024.

CUNHA, T.; QUEIXAS, R.; FESTOZO, M. Educação no “Pós-Pandemia”: diálogos e reflexões com estudantes e docentes do Ensino Médio sobre o retorno presencial. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 6, n. 2, p. 216-232, 17 maio 2023.

EDUCACIONAL. **Déficit educacional pós-pandemia: quais os impactos na educação?**. Educacional, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://educacional.com.br/artigos/deficit-educacional-pos-pandemia/>. Acesso em: 5 set. 2024.

FREITAS, L. EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA: OS IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–16, 2023. DOI: 10.26694/epeduc.v6i2.4055. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/4055>. Acesso em: 5 set. 2024.

G1 (Zona da Mata). Aulas na pandemia em Juiz de Fora: volta às atividades presenciais será obrigatória a partir do dia 7 de fevereiro: Informação foi divulgada pelo Comitê de Acompanhamento Interinstitucional nesta quinta-feira (20). Juiz de Fora, 20 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/01/20/aulas-na-pandemia-em-juiz-de-fora-volta-as-atividades-presenciais-sera-obrigatoria-a-partir-do-dia-7-de-fevereiro.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2024.

Gatti, B. A. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia**. Estudos Avançados, 2020, 29-42.

IDOETA, P, A. **Os desafios e potenciais da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena**. BBC News Brasil, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52208723>.> Ultimo acesso: 5 set. 2024.

LIMA, T, C, B, S. **RETORNO AS AULAS PÓS PANDEMIA: REFLEXÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES EMOCIONAIS E PSICOLÓGICAS DOS ALUNOS E PROFESSORES**. VII Encontro Nacional de Educação, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA105_ID2865_20072021160830.pdf> Ultimo acesso 5 set. 2024.

MARQUES, Viviane Cristina; VIANA, Helena Brandão. **DO ENSINO ON-LINE AO PRESENCIAL**. Internet Latent Corpus Journal, v. 13, n. 1, p. 98-107, 2023.

MARTINS, E, B, A; SCHMITT, J,C. Ouvindo os professores: Um ano depois. In: MARTINS, E, B, A.; ALVES, A, M, L; SCHIMITT, J, C; MACHADO, M, R, P. (Org.). **O exercício da docência no contexto de pandemia COVID19**: as vozes dos professores. 01ed. São Carlos/ SP: Pedro e João Editores, 2023, v. 01, p. 197-236.

MINAS GERAIS. **PROTOCOLO SANITÁRIO DE RETORNO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS**. 2021. Disponível em: <<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/PROTOCOLO%20SANIT%C3%81RIO%20DE%20RETORNO%20C3%80S%20ATIVIDADES%20ESCOLARES%20PRESENCIAIS%20-%205%C2%AA%20VERS%C3%83O.pdf>> Último acesso: 5 set. 2024.

MOTA, C, V. **Covid-19**: Análise identifica 18 variantes do coronavírus no Amazonas. BBC News Brasil , São Paulo, 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55864929#:~:text=Covid%2D19%3A%20an%C3%A1lise%20identifica%2018%20variantes%20do%20coronav%C3%ADrus%20no%20Amazonas,-Science%20Photo%20Library&text=A%20an%C3%A1lise%20de%20250%20genomas,2%20j%C3%A1%20circularam%20pelo%20Estado.>>> Último acesso: 05 set. 2024

SANTOS, J, R; ZABOROSKI, E, A. **ENSINO REMOTO E PANDEMIA COVID-19: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE ALUNOS E PROFESSORES**. Revista Interacções, -, n. 55, p. 41-57, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/20865>. Acesso em: 5 set. 2024.

SCAVINO, Susana Beatriz; CANDAU, Vera Maria. **Desigualdade, conectividade e direito à educação em tempos de pandemia**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 8, n. 2, p. 121-132, 2020.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Minas Gerais). Dispõe sobre o funcionamento do Ensino Presencial na Rede Estadual de Ensino, revoga a Resolução SEE nº4506/2021, de 22 de fevereiro de 2021 e revoga a Resolução SEE nº4310/2020, de 17 de abril de 2020, e dá outras providências. Resolução SEE Nº 4.644, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. 25 set. 2021. Disponível em: <https://unifeg.edu.br/coronavirus/docs/RESOLUCAO-SEE-N-4644-DE-25-DE-OUTUBRO-DE-2021-RETORNO-OBRIGATORIA-AULAS-PRESENCIAIS.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

SECRETARIA DE SAÚDE (Juiz de fora). Prefeitura. **Covid-19: PROTOCOLO SANITÁRIO DE RETORNO ÀS ATIVIDADES DE ENSINO PRESENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**. Juiz de fora, p. 01-28, 2023. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/protocolo_aulas_presenciais.php#:~:text=O%20prop%C3%B3sito%20deste%20Protocolo%20Sanit%C3%A1rio,e%20recomenda%C3%A7%C3%B5es%20das%20autoridades%20sanit%C3%A1rias.>> Último acesso: 05 set. 2024

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Juiz de Fora). Cartilha. Documento Orientador Geral: para a retomada das aulas presenciais nas instituições da rede de ensino de Juiz de Fora, 2021. Disponível em:

https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/arquivos/doc_orientador_aulas_presenciais_2.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

SIMAS, D, C, V. **ESPAÇO- TEMPO DA ESCOLA: “O ANTES, O AGORA E O DEPOIS” DA PANDEMIA.** XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA104_ID277125102021195406.pdf> Ultimo acesso 5 set. 2024.

TECCHIO, M. Priscila Cruz, do Todos pela Educação: ‘Quem vai à praia atrasa volta às aulas’: Em entrevista à CNN, Priscila Cruz reforçou que controle à pandemia é a prioridade e disse que o processo de retomada precisa olhar para as desigualdades. **CNN Brasil**, São Paulo, 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/priscila-cruz-do-todos-pela-educacao-quem-vai-a-praia-atrasa-volta-as-aulas/#:~:text=aulas%20%7C%20CNN%20Brasil-,Priscila%20Cruz%2C%20do%20Todos%20pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o%3A%20‘Quem%20vai%20%C3%A0,praia%20atrasa%20volta%20%C3%A0s%20aulas’&text=O%20comportamento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20neste,executi%20va%20do%20Todos%20Pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 5 set. 2024.

UNICEF (Brasil). **Convenção sobre os Direitos da Criança:** Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 5 set. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena.** Rio de Janeiro, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/11028/>. Acesso em: 5 set. 2024.